

O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: uma breve análise de seu desenvolvimento

Reginaldo Dias Lescano¹

Leandro Araújo²

RESUMO

O Serviço Social é uma profissão que tem se afirmado em diversas áreas de atuação e fortalecendo seu espaço no âmbito acadêmico das últimas décadas, especialmente após as décadas de 70 e 80 com o movimento de reconceituação. Porém, entende-se que em seu âmbito profissional ocorreram diversas transformações para que o Serviço Social se fortalecesse enquanto uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho. Neste sentido, o trabalho em tela investigou por meio da revisão bibliográfica o desenvolvimento do serviço social no Brasil, ainda que de modo muito sucinto.

Palavras-chave: Serviço Social; Assistente Social; Conservadorismo.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea tem vivenciado processos e transformações sociais gradativamente mais rápidos e dinâmicos, tornando as famílias e os indivíduos que as compõem nas diversas instâncias, heterogêneos e complexos. Neste cenário de mudanças, em muitos casos, as crianças são esquecidas por seus responsáveis, e ou, não recebem a atenção necessária para seu desenvolvimento enquanto ser social.

Associada as disparidades de classes sociais e oportunidades de acesso aos direitos básicos constituídos por lei, muitos brasileiros têm ficado à margem do atendimento público de direito do cidadão, ocasionando uma ampla demanda de pessoas com direitos negligenciados e desprovidas de atendimento.

¹ Graduado em Serviço Social. Pós-graduando em Educação Pobreza e Desigualdade, Assistente Social na Associação de Moradores da Vila Santo Eugênio.

² Graduado em Serviço Social, Mestre em Desenvolvimento Local, Coordenador e Docente do Curso de Serviço Social da Faculdade Campo Grande e Coordenador de Projetos na Organização Mundial Para Educação Pré-Escolar – OMEP/BR/MS.

Compreende-se que o Serviço Social tem como objeto e matéria prima a questão social, sendo assim, necessita compreender as transformações e movimentos sociais que se constroem e reconstroem, assim como a identidade profissional do Assistente Social.

O Serviço Social, por ser uma profissão que se insere em diferentes espaços sócio-ocupacionais na contemporaneidade, passou por profundas transformações em ordem teórico-metodológica ao longo dos anos, buscando estar alinhado com a garantia dos direitos sociais e a emancipação humana, rompendo com o conservadorismo e a influência da benesse.

Entender como ocorreram estas mudanças é fundamental para o diálogo do serviço social vigente, neste contexto, o trabalho em tela, buscou realizar uma revisão bibliográfica das principais transformações ocorridas no Serviço Social ao longo dos anos.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

O Serviço Social surge no cenário brasileiro, através das instituições religiosas, especificamente a igreja católica, tinha como foco de trabalho, a ótica da caridade, visando o assistencialismo como método de intervenção, prestando serviço para amenização da miséria e atendendo os interesses das elites brasileiras, que se manifestavam por intermédio das primeiras damas.

Iamamoto e Carvalho (2010, p. 127) afirmam, que o Serviço Social:

Surge da iniciativa particular de grupos e frações de classes, que se manifestam, principalmente, por intermédio da Igreja Católica. Possui em seu início uma base social bem delimitada e fontes de recrutamento e formação de agentes sociais informados por uma ideologia igualmente determinada.

A contribuição de Iamamoto e Carvalho (2010) comprova e afirma uma discussão que foi muito característica do início do Serviço Social, que eram os princípios ideológicos, motivados pela ajuda ao próximo, onde a moral cristã incidia mais do que a fundamentação de práticas embasadas no conhecimento científico, todavia o profissional era limitado e tinha sua atuação profissional restringida pela igreja católica e a burguesia.

YazbeK (2009, p. 3) compreende que é nessa relação entre a igreja católica e o Serviço Social, que surge embasamento para os ideais políticos e sociais da profissão :

É, pois, na relação com a igreja católica que o Serviço Social brasileiro vai fundamentar a formulação de seus primeiros objetivos políticos/sociais orientando-se por posicionamentos de cunho humanista conservador contrário aos ideários liberal e marxista na busca de recuperação da hegemonia do pensamento social da igreja face à “questão social” (Grifo da fonte).

Assim a partir do ano de 1920, surge no Brasil às instituições assistências Associação das Senhoras Brasileiras (1920) no Rio de Janeiro, e a Liga das Senhoras Católicas (1923) em São Paulo, com a finalidade de atender as sequelas advindas do sistema capitalista (IAMAMOTO E CARVALHO 2010).

Iamamoto e Carvalho (2010, p. 166) destacam como era o fazer profissional nesse período, e como se limitava o atendimento a uma parcela específica da sociedade:

Tem em vista não o socorro aos indigentes, mas, já dentro de uma perspectiva embrionária de assistência preventiva, e apostolado social, atender e atenuar determinadas sequelas do desenvolvimento capitalista, principalmente no que se refere a menores e mulheres.

Na colocação dos autores, nota-se a forma de intervenção do profissional com caráter assistencialista e conservador, uma característica que percorreu por décadas na profissão do Serviço Social.

Em 1930 com a ascensão do presidente Getúlio Vargas no governo, e um novo cenário político, quando ocorreu o desenvolvimento industrial no país, conforme destaca Castro (2011, p. 102):

Com a “Revolução de 30”, Vargas – procedente da oligarquia fundiária – estimulou o desenvolvimento industrial, propiciando a substituição de importações e instaurando uma política protecionista que beneficiou a indústria nacional, mais tarde favorecida ainda mais pela crise mundial do período (Grifo da fonte)

Esse cenário contribuiu para o êxodo rural, momento que ocorreu a migração em massa da população do campo para a cidade, devido à escassez de emprego no território rural advindo da desestruturação da agricultura, fruto da crise internacional de 1929.

Em consequência ocorreu um aumento desordenado da população urbana, ocasionando vários problemas sociais, como o desemprego, pela falta de qualificação profissional, colaborando para que grande parcela dessa

população residisse em favelas ou até mesmo nas ruas, aglomerados em bairros insalubres, fato este que podemos destacar como uma das expressões da questão social (IAMAMOTO E CARVALHO, 2010).

Seguindo o percurso histórico, no ano de 1932 surge o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS) com a finalidade de atender as necessidades dos setores que prestavam assistência social para aprimorar a atuação das iniciativas dessas instituições. Teve início a partir do Curso Intensivo de Formação social com grande aceitação por parte das senhoras e moças da sociedade paulista, traziam em seu bojo o pensamento conservador europeu, e ainda o olhar sob a influência da igreja católica (IAMAMOTO E CARVALHO, 2010).

Iamamoto e Carvalho (2010, p. 169) definem o objetivo do CEAS sendo:

Promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da Igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais, visando tornar mais eficiente a atuação das trabalhadoras sociais e adotar uma orientação definida em relação aos problemas a resolver, favorecendo a coordenação de esforços dispersos nas diferentes atividades e obras de caráter social.

Segundo Castro (2011) O CEAS foi considerado a porta de entrada da profissionalização do Serviço Social no Brasil, e através das assistentes sociais belgas atuantes na instituição que foi possível fundarem a primeira escola católica de Serviço Social de São Paulo em 1936.

Em 1938 foi organizada a Seção de Assistência Social com o intuito de realizar trabalhos voltados para intervenção dos indivíduos e grupos, de modo a reajustar essas pessoas para a condição normal de vida na sociedade, tal iniciativa foi de autoria do então Departamento de Assistência Social do Estado, que foi criado pela Lei nº 2.497, de 24 de dezembro de 1935, onde a ele competiria (IAMAMOTO E CARVALHO, 2010, p. 174):

a) superintender todo o serviço de assistência e proteção social; b) celebrar, para realizar seu programa, acordos com as instituições particulares de caridade, assistência e ensino profissional; c) harmonizar a ação social do Estado, articulando-a com a dos particulares; d) distribuir subvenções e matricular as instituições particulares realizando seu cadastramento.

Neste mesmo período ocorre à mudança da denominação do departamento, passando a se chamar Departamento de Serviço Social, é

quando o Estado de São Paulo vai além da sua primeira área de intervenção, regulamentando o mercado de trabalho e a exploração da força de trabalho, supervisionando a gestão da assistência social. Contudo o governo passou a subordinar a seu programa de ação, as iniciativas das instituições particulares, dividindo áreas de atuação e patrocinando as instituições coordenadas pela igreja, adotando técnicas para a formação técnica especializada, é nesse cenário que o estado passou a regulamentar e incentivar o desenvolvimento das instituições (IAMAMOTO E CARVALHO, 2010).

Na década de 1940, com as expansões do proletariado urbano advindo da migração interna ocorrido na década passada, bem como as grandes mobilizações por parte da classe operária, reivindicando melhores condições de trabalho, fez com que o estado necessariamente reconhecesse a questão social como um problema de Estado (IAMAMOTO 2011).

Para lamamoto e Carvalho (2010, p. 77):

O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através de legislação social e trabalhista específicas, mas gerindo a organização e prestação dos serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social.

Nas colocações de Neto (2007, p. 29):

No capitalismo concorrencial, a questão social, por regra, era objeto de ação estatal na medida em que motivava um auge de mobilização trabalhadora, ameaçava a ordem burguesa ou, no limite, colocava em risco global o fornecimento da força de trabalho para o capital [...].

Nesse contexto surge às instituições sócio-assistenciais estatais, paraestatais e autárquicas como o Conselho Nacional de Serviço Social – CNSS – (1938), a Legião Brasileira de Assistência – LBA – (1942), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI – (1942) e o Serviço Social da Indústria – SESI– (1946), sendo assim, já não era mais interessante para o Estado tratar o Serviço Social como forma de caridade e sim como um problema de Estado, é neste momento que a profissão passa por um novo direcionamento, prioritariamente sendo uma das engrenagens de execução da política social para com essas instituições (IAMAMOTO 2011).

Depois de percorrer sua atuação sob influência européia, o Serviço Social brasileiro ganha força da sociologia conservadora norte americana, isso ocorreu através do convite dos Estados Unidos, para os diretores das escolas

de Serviço Social da América Latina, participarem da Conferência Nacional de Serviço Social, que ocorreu em Atlantic City em 1941, uma das decisões dessa conferência, foi a disponibilização de bolsas de estudos a assistentes sociais sul-americanos para especialização em escolas norte-americanas (AGUIAR 1984).

Para o autor “assim como a Europa nos abriu às ideias e aos princípios filosóficos, os EUA nos despertaram para as práticas” (AGUIAR, 1984, p.58 *apud* MEDEIROS, 1963, p.4).

Sendo assim, com o retorno ao Brasil, as profissionais trazem consigo a tecnização da profissão, tendo como instrumentalidade as teorias de caso, grupo e comunidade, com influências da psicologia (AGUIAR, 1984).

A década de 1940 foi significativa para o Serviço Social brasileiro, a criação da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social – ABESS (1946) – por assistentes sociais católicas, embora com um olhar voltado para a igreja, foi um marco expressivo no que se refere à formação dos Assistentes Sociais e na organização das Escolas de Serviço Social no Brasil (AGUIAR, 1984).

Nas palavras de Aguiar (1984, p. 37) a ABESS:

Esteve presente nos diferentes momentos do Serviço Social: em sua fase inicial católica, nas discussões em torno do desenvolvimento e na intervenção do Serviço Social, na reconceituação e outros. Sua atuação aconteceu e acontece por intermédio de suas convenções, da assessoria que sempre deu às escolas espalhadas pelo Brasil e dos cursos de aperfeiçoamento de docentes.

O autor ressalta a suma importância da instituição na trajetória do Serviço Social, evidenciando sua presente atuação nos cenários de transformação da profissão, bem como o acompanhamento junto as escolas no território nacional.

Nos anos de 1950 e 1960, o Brasil encontrava-se sob uma nova plataforma política, o governo de Juscelino Kubitschek adotou no Brasil a ideologia desenvolvimentista, que visava o crescimento acelerado do país.

Iamamoto e Carvalho (2010, p. 341) descrevem:

A ideologia desenvolvimentista se define, assim, por meio da busca da expansão econômica, no sentido de prosperidade, riqueza, grandeza material, soberania, em ambiente de paz política e social, e de segurança – quando todo o esforço de elaboração de política (política econômica) e trabalho são requeridos para eliminar o pauperismo, a miséria, elevando-se o nível de vida do povo como consequência do crescimento econômico atingido.

Nesse período Aguiar (1984) ressalta a presença marcante da Ordem das Nações Unidas – ONU – em relação ao Serviço Social. Nas décadas de 1950 a 1960 a ONU realizou estudos sobre o ensino do Serviço Social. Tais estudos foram realizados na América do Norte, América Latina, Ásia e África.

Em 1956 a ONU estabeleceu Desenvolvimento de Comunidade (AGUIAR, 1984 *apud* AMMANN, 1980, p.32):

Processo através do qual os esforços do próprio povo se unem aos das autoridades governamentais, com o fim de melhorar as condições econômicas, sociais e culturais das comunidades, integrar essas comunidades na vida nacional e capacitá-las a contribuir plenamente para o progresso do país.

É neste enredo, de incentivo ao desenvolvimento do país, citado por lamamoto e Carvalho (2010), bem como, a contribuição de Aguiar (1984), destacando o empenho da ONU nos estudos para a nova intervenção do Serviço Social a qual se refere ao Desenvolvimento de Comunidade, que a profissão passará a assumir a postura desenvolvimentista, com a nova intervenção, cujo objetivo é através de técnicas e métodos designados aos indivíduos, grupos e comunidades, satisfazer as necessidades e resolver dificuldades de adequação a um tipo de sociedade em processo de mudança (AGUIAR 1984).

3 CONSERVADORISMO E RUPTURA DO CONSERVADORISMO NO SERVIÇO SOCIAL

Nota-se que o Serviço Social no decorrer de sua trajetória, trouxe consigo, a herança da prática conservadora, advinda da influência europeia e norte-americana, expressada através dos ideais missionários da igreja católica e da classe dominante.

Nas definições de lamamoto “as características ressaltadas do pensamento conservador encontram-se profundamente enraizadas no discurso da prática profissional” (2011, p.29).

O conservadorismo segundo lamamoto (2011, p. 23).

Não é assim apenas a continuidade e persistência no tempo de um conjunto de ideias constitutivas da herança intelectual europeia do

século XIX, mas de ideias que, reinterpretadas, transmutam-se em uma ótica de explicação e em projetos de ação favoráveis à manutenção da ordem capitalista.

Nessa trajetória é bastante nítida a timidez do Serviço Social, no que se refere às manifestações em busca do rompimento das práticas conservadoras. Martinelli (2011, p.145) faz uma reflexão da postura do profissional nesse período:

A década de 60, mais precisamente o ano de 1965, momento em que se iniciou a deflagração do Movimento de Reconceituação – resposta a uma crise interna da profissão, aguçada por uma crise estrutural e conjuntural da realidade brasileira –, encontrou a categoria profissional como um grupo subalterno que, não tendo tomado coletivamente consciência de sua força e de suas possibilidades, não havia conseguido superar ainda a fase do primitivismo em termos de consciência política, de consciência crítica.

Porém, nessa mesma década, diante da repressão decorrente das mudanças políticas vivenciadas no Brasil, é que se começa a ouvir os primeiros profissionais a se questionarem contra as posições das práticas institucionais vigentes. Esse questionamento se dá em meio à crise política, onde se colocava o fim do populismo com o golpe militar de 1964. Nesse mesmo contexto que o profissional começa a se atualizar e se modernizar com rapidez, resultado da multiplicação das escolas especializadas e da demanda do estado e das empresas por esse profissional (IAMAMOTO, 2011).

Para Martinelli (2011, p.145):

O próprio agravamento do quadro conjuntural brasileiro ao longo da década de 60, demandando novas alternativas de prática, novas formas de aproximação à realidade, aliado à existência de ideias revolucionárias, foi determinando a ampliação dos espaços críticos da categoria e tornando dialético o ser social dos agentes profissionais, o que os levava a buscar a superação da simples imediatidade.

O destaque da autora salienta que foi a própria realidade do cenário político brasileiro, que fez com que o profissional se ajustasse a nova demanda social, rompendo com os ideais conservadores e transformando seu olhar para uma visão crítica da realidade vivenciada.

Com isso, foi se impulsionando para o chamado movimento de reconceituação do Serviço Social, com os agentes críticos dispostos a lutar por uma nova realidade profissional, fez com que os profissionais assumissem uma causa revolucionária, abrindo espaços para debates, reflexão e críticas de modo a unir aos seus objetivos a maior parte de seus agentes profissionais (MARTINELLI, 2011).

A princípio, a reconceituação segundo Aguiar (1984, p. 120) “nasceu do desejo de superar o Serviço Social tradicional, que foi transplantado da Europa e dos Estados Unidos, e adequá-lo à realidade latino-americana”.

Para Silva (2009) o Movimento de Reconceituação do Serviço Social partiu do próprio meio profissional, para desenvolver propostas de ação profissional de acordo com a realidade latino-americana.

Enfatizando Silva (2009, p. 72):

Observa-se que o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, a partir da perspectiva hegemônica, no contexto da América Latina, impõe aos assistentes sociais a necessidade de ruptura com o caráter conservador que deu origem à profissão, calcado no atrelamento às demandas e interesses institucionais, e coloca como exigência a necessidade de construção de uma nova proposta de ação profissional, tendo em vista as demandas e os interesses dos setores populares que constituem, majoritariamente, a clientela do Serviço Social.

Em meio a todo esse acontecimento, em 1967 foi realizado o 1º Seminário de Teorização do Serviço Social em Araxá–MG, onde a intenção era estudar e teorizar a metodologia do Serviço Social, a instituição responsável por promover o seminário foi o Centro Brasileiro de Cooperação e Intercambio de Serviços Sociais (CBCISS) que convocou um grupo de 38 assistentes sociais para estudar sobre Teorização do Serviço Social (AGUIAR 1984).

Desse Seminário deu origem ao chamado Documento de Araxá, tal documento teve como foco a readequação do objeto e objetivos, funções e metodologia do Serviço Social ao contexto econômico-social da realidade brasileira (AGUIAR 1984).

Não se pode deixar de destacar as contribuições da tradição marxista no Serviço Social, onde os primeiros contatos percorreram ao longo processo de reconceituação da profissão, as tradições marxistas estavam comprometidas com a discussão e a formulação de alternativas teórico-práticas em relação ao Serviço Social Tradicional (SILVA, 2007).

A década de 1970 encontrou-se a Reconceituação estagnada devido a grande represália da ditadura militar “[...] muitos dos protagonistas do movimento experimentaram o cárcere, a tortura o exílio ou entraram para lista de desaparecidos” (FAQUIN, 2012 *apud* NETTO, 2005, p.10).

No entanto, o grande marco do movimento de reconceituação do serviço Social brasileiro, é a readequação da prática profissional a partir das

demandas reivindicadas pelos movimentos sociais, as quais se expressaram no reconhecimento da questão social como objeto de trabalho do Serviço Social.

Para lamamoto (2009, p. 27) a Questão Social é:

o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (Grifo da fonte).

É nessas expressões que a atuação do profissional de Serviço Social se faz necessário. Se para o médico o objeto de intervenção é a doença, para o Assistente Social é a Questão Social.

De acordo com as palavras de Santos (2011), a década de 1980 foi muito rica no que se referem os rumos técnicos acadêmicos e políticos do Serviço Social, período de maturação e aperfeiçoamento da profissão. Para a autora “nos anos 1980 o Serviço Social brasileiro assistiu o desenvolvimento de uma perspectiva crítica, tanto teórica quanto prática, que se constitui a partir do espírito próprio da Reconceituação” (SANTOS, 2011 *apud* NETTO 2005, p.17).

Adentrando a década de 1990 distantes das reivindicações políticas e sindicais que marcaram os anos de 1980 como, por exemplo, o movimento Diretas Já colocando fim na ditadura em 1984, os anos 1990 materializou grandes lutas, como o projeto profissional que se concretizou no Código de Ética Profissional, na Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social (IAMAMOTO, 2009).

Para lamamoto (2009, p. 20):

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo (Grifo da fonte).

A afirmação de lamamoto chama atenção do Serviço Social na contemporaneidade no que se refere o fazer profissional, não só como um mero executor de tarefas, mas sim, um profissional cujo seu objetivo seja compreender a realidade para que possa intervir nas expressões da questão social.

4 O PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL

Em uma visão comum, o Serviço Social já esteve relacionado por muitos anos ao trabalho desenvolvido através de um caráter filantrópico e assistencialista. Esta visão equivocada reforçava a afirmativa de que qualquer pessoal que realizasse uma ação social poderia afirmar que realizava serviço social. Em oposição a esta inverdade, serão abordados os marcos regulatórios do profissional Assistente Social, bem como suas especificidades.

O Assistente Social é um profissional que possui graduação específica em Serviço Social, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), e expedido por estabelecimento de ensino superior, sendo obrigatório o registro profissional no Conselho Regional do estado que atuam (BRASIL, Lei 8.662/93).

Para Iamamoto (2009, p. 23, 24) “É um trabalhador especializado, que vende a sua capacidade de trabalho para algumas entidades empregadoras, predominantemente de caráter patronal, empresarial ou estatal, que demandam essa força de trabalho e a contratam”. Nesse sentido a atuação profissional se faz necessário, uma vez que, atua na produção de serviços que atendem as necessidades sociais.

4.1 Lei de Regulamentação da Profissão

Em 1957 foi aprovada a primeira redação da Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 3.252/57), posteriormente em 15 de maio de 1962, houve a regulamentação da lei através do decreto 994, que constituiu as competências e atribuições aos profissionais, e criou o Conselho Federal de Assistentes Sociais – CFAS – e os Conselhos Regionais de Assistentes Sociais – CRAS. (Brasil, Decreto 994/62)

Em 07 de junho de 1993 foi sancionada, a Lei nº 8662/93 que revogou a primeira redação da regulamentação da profissão do Serviço Social, onde alterou a denominação dos Conselhos para Conselho Federal de Serviço

Social – CFESS – e Conselho Regional de Serviço Social – CRESS. Destaca-se também o Art. 22 da Lei 8662/93, que dá legitimidade aos Conselhos para agir contra qualquer infração que diz respeito às prerrogativas da profissão (BRASIL, CFESS, s/p).

4.2 Código de Ética Profissional do Assistente Social

Analisando o contexto histórico, observam-se os Códigos de Ética que foram elaborados nos anos de 1947, 1965, 1975, 1986 e enfim o atual de 1993, sendo que este último supera as fragilidades principalmente do Código de 1986 (BARROCO, 2008).

Os questionamentos acerca da ética no Serviço Social brasileiro foram estimulados através das entidades nacionais da categoria pós 1991, que resultou com a aprovação do Código de Ética Profissional do Assistente Social em 1993. O novo Código de Ética trouxe para os Assistentes Sociais diversas materializações no que se refere ao processo de trabalho, bem como de assegurar as relações com as prioridades da sociedade, na qual evidenciasse em seus princípios e valores do presente Código. (BONETTI 2009)

A resolução CFESS Nº 273 de 13 de março de 1993 institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, embasado pela Lei de regulamentação da profissão (Lei Nº 8662/93).

Dessa forma destaca-se conforme o Código de Ética Profissional, cinco dos onze princípios fundamentais, sendo (Brasil, 2012 p.23):

- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; [...]

Nesse sentido, Bonetti (2009, p.178) pontua: “Houve neste âmbito um especial empenho voltado para melhor definir e precisar a objetivação dos valores e princípios éticos universais no seio do cotidiano da profissão”.

Para Yamamoto (2009, p. 78): “Os princípios constantes no Código de Ética são focos que vão iluminando os caminhos a serem trilhados, a partir de alguns compromissos fundamentais acordados e assumidos coletivamente pela categoria”. Sendo assim a autora reforça que tal documento deve-se ter como base norteadora da ação profissional, que de certa forma contribuirá para o novo projeto profissional.

A instituição do Código de Ética de 1993 trouxe para a profissão, um referencial no âmbito prático e no posicionamento político dos Assistentes Sociais, nesse contexto que o projeto profissional de ruptura começa a ser definido como projeto ético-político da profissão (BARROCO, 2008).

Na colocação de Bonetti (2009), O Código de Ética por mais elaborado que seja seus aspectos e suas intenções, não pode ser garantido, pois isso se encontra condicionado a outros fatores pontuados na qualidade da formação profissional, nível da consciência política e compromisso dos profissionais enquanto cidadãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa e análise realizada por meio do levantamento bibliográfico, constata-se que o Serviço Social buscou ao longo dos anos romper com o conservadorismo e o trabalho burocrático que limitava a profissão por influências externas, pelo próprio Estado e a classe burguesa.

É imprescindível reconhecer que os movimentos políticos, culturais e econômicos que ocorrerão nas décadas de 70 e 80 foram determinantes para a reconceituação do Serviço Social e para a construção de um projeto ético-político que representasse veemente o compromisso com a classe proletariada e subalternizada.

Hoje compreende-se que o Serviço Social, assim como a sociedade necessita de uma constante atualização para que não se firme em um estado conservador que não irá contribuir para novas leituras da realidade social e das diferentes expressões da questão social que surgem cotidianamente. Mas, um

Serviço Social forte em suas matrizes teórico-metodológicas e projeto ético-político que contribua para uma ordem social igualitária e justa.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Antonio Geraldo de. **Serviço Social e Filosofia das Origens a Araxá**. 2 ed. São Paulo, Cortez, 1984.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos**. 7. ed. São Paulo, Cortez, 2008.

BONETTI, Dilséa Adeodata. **Serviço Social e Ética**. 10. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. Lei nº 8662, de 13 de março de 1993. **Lei de Regulamentação da Profissão**. Brasília, 1993.

_____, **Código de Ética Profissional dos Assistentes Social**, aprovado em 15 de março de 1993, com alterações introduzidas pelas resoluções CFESS nº 290/94, 293/94, 333/96 e 594/11, Brasília, 2012.

_____, **Decreto Nº 994, de 15 de maio de 1962, Regulamenta a Lei nº 3.252, de 27 de agosto de 1957, que dispõe sobre o exercício da profissão de Assistente Social**. Senado Federal, Brasília, 1962.

_____, Presidência da Republica, **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, 1988.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. 12. Ed. São Paulo, Cortez, 2011.

FAQUIN, Evelyn Secco Faquin. **Serviço Social Como Profissão: Influências e Caminhos Percorridos na Realidade Brasileira.** In: XX Seminário Latino Americano de Escuela de Trabajo Social, 2012.

GUERRA, Yolanda. **A INSTRUMENTALIDADE NO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL.** In: Cadernos do Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais, Belo Horizonte, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 17 ed. São Paulo, Cortez, 2009.

_____, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 32ª ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: Celats, 2010.

_____, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: Ensaio crítico.** 11. ed. São Paulo, Cortez, 2011.

MARTINELLI, Maria Lucia. **Serviço Social: Identidade e alienação.** 16. Ed. São Paulo, Cortez, 2011.

NETTO, Jose Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** 6. Ed. São Paulo, Cortez, 2007.

_____, Jose Paulo. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** 16 ed. São Paulo, Cortez, 2011.

SANTOS, Rosemeire dos. **Serviço Social e a Política de Assistência Social no Brasil uma Relação Histórica.** In: Revista de trabalho Social – FCH – UNCPBA, 2011.

SANTOS, Lara Cíntia do Nascimento. **A Prática do Assistente Social no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS no Município de Riachão do Dantas/SE.** In: Revista eletrônica da faculdade José Augusto Vieira, Riachão do Dantas, 2012.

SILVA, Jose Fernandes Siqueira da. **Pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social.** In: Revista Textos & Contextos, Porto Alegre, 2007.

SILVA, M. Ozanira da Silva e. **O Serviço Social e o Popular:** resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 6. Ed. São Paulo, Cortez, 2009
TRALDI, Maria Cristina; DIAS, Reinaldo. **Monografia Passo a Passo.** Ed. Ampliada e revisada. São Paulo, Alínea, 2011.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Os Fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade.** In: CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU EM SERVIÇO SOCIAL: DIREITOS SOCIAIS E COMPETENCIAS PROFISSIONAIS. CFESS/ABEPSS 2009.